

No dia 25 de janeiro de 2019 a sociedade brasileira sofreu um duro golpe com o rompimento da barragem da mineradora Vale na cidade de Brumadinho. O crime deixou 252 mortos e 18 desaparecidos, tornando-se o maior crime ambiental e humano na história recente do Brasil. Este novo rompimento aconteceu menos de 4 anos após o rompimento da barragem de Bento Rodrigues em Mariana. Analisar os condicionantes deste crime é de suma importância para entender, entre outras coisas, o caráter dependente da economia brasileira em relação aos *commodities* e também revelar a face perversa de acumulação do capital que, de forma desmedida, alcança um novo estágio na destruição da natureza. Também, no ano de 2019, ainda fomos acometidos pela liberação e registro de cerca de 300 substâncias agrotóxicas na produção agrícola (número recorde na série histórica) e assistimos a uma ação orquestrada por todo o território nacional (com a chancela do governo) de queimadas na floresta amazônica. É evidente que para o capital a questão central em relação ao meio ambiente é sua potência de gerar lucros, sendo assim estes fatos precisam ser observados à luz de seus condicionantes econômicos e políticos.

Segundo números oficiais do IBGE, atualmente o desemprego está em torno 11,8%, atingindo cerca de 12,5 milhões de pessoas (G1, 2019). Ainda de acordo com o instituto, o número de trabalhadores informais chega a mais de 38 milhões, caracterizando 41% do total de ocupados, mostrando que a informalidade vem aumentando vertiginosamente desde o início desta década. O anuário estatístico de 2019 do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) revelou dados alarmantes a respeito da situação da classe trabalhadora brasileira. Quando incluído no cálculo do número de desempregados todos aqueles que estão aptos ao trabalho, mas que não estão trabalhando, o valor na realidade atinge cerca de 45 milhões de trabalhadores, somados a cerca de outros 33 milhões que estão subempregados (não possuem vínculo formal de trabalho), totalizando cerca de 78 milhões de pessoas em subemprego ou desempregadas no Brasil.

Dados divulgados pelo IBGE em relação a pobreza extrema (renda até R\$ 145 reais por mês) apontam para cerca de 13,5 milhões de brasileiros vivendo nesta condição. Em relação a desigualdade entre ricos e pobres, o mesmo órgão afirma para o mais alto nível

¹ Doutorando em administração (UFMG) e professor substituto da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus avançado de Governador Valadares.

dentro da série histórica, em que o rendimento médio mensal da população 1% mais rica (cerca de 2 milhões de indivíduos) equivale a 33,8 vezes o ganho dos 50% mais pobres (mais de 100 milhões de indivíduos) (DW, 2019).

Estes fatos e estatísticas não têm causado qualquer espanto ao governo Bolsonaro. Na verdade, o que temos assistido é uma intensificação da precarização e flexibilização das leis trabalhistas, um ataque radical aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Não bastante, ainda tem sido recorrente a menção por membros do governo da possibilidade de um “novo AI-5” caso haja algum tipo de reação popular às medidas que vêm sendo adotadas.

Um olhar atento para a história revela como as práticas neoliberais, de destruição das políticas sociais e de ajuste fiscal, sempre estiveram ligadas a políticas militaristas de repressão dos trabalhadores e Estados ditatoriais. Nesse sentido, o exemplo mais claro é a ditadura fascista de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), país onde o ministro da economia Paulo Guedes trabalhou na década de 1980. O laço de Guedes com o neoliberalismo começou na década de 1970, quando, na Universidade de Chicago, cursou mestrado e doutorado, assistindo a aulas ministradas pelo próprio Milton Friedman. Dentre as medidas neoliberais que Guedes vivenciou no Chile, podemos destacar o sistema previdenciário baseado em capitalização individual, que tentou recentemente implementar no Brasil, e que tem sido responsável no contexto chileno pelo crescimento alarmante do número de suicídio entre idosos. Mesmo não sendo aprovada em sua integralidade, tal medida provocou uma grande perda para a classe trabalhadora.

O próprio Jair Bolsonaro já declarou publicamente seu apreço pela ditatorial chilena. Paulo Guedes foi um dos que, recentemente, apontaram para a possibilidade de um “novo AI-5”. Certamente sua história de vida lhe mostrou que, para as medidas pretendidas daqui pra frente, de uma investida ainda mais forte contra os direitos sociais, governos autoritários serão necessários para garantir sua execução. São exemplos dessa situação o próprio caso do Chile e também na Inglaterra de Thatcher, países onde a repressão às greves e a violência com a classe trabalhadora eram tratados como políticas de Estado. Recentemente Bolsonaro apresentou um projeto de lei que retira a punição de qualquer agente que cometer algum delito em atividades – “Garantia da Lei da Ordem (GLO) –, deixando clara sua intenção de carta branca para assassinatos e prisões de manifestantes, por exemplo.

A Lei 13.874 (de 20 de setembro de 2019), que ficou conhecida como “Lei da Liberdade Econômica”, atingiu diretamente os trabalhadores e trabalhadoras ao flexibilizar

leis trabalhistas, permitindo que o trabalho exigido seja realizado em qualquer hora e em qualquer dia, incluindo domingos e feriados. A lei também liberou empresas de até 20 funcionários (antes eram até 10) da obrigatoriedade do controle do ponto. Ambas as mudanças prejudicam diretamente o pagamento de hora extra e/ou encargos adicionais. O artifício retórico utilizado em defesa de tais medidas pelo governo segue sendo o mesmo desde a reforma trabalhista do governo Temer: a possibilidade de gerar mais empregos. Esta justificativa, na verdade, tem se revelado no plano concreto como uma desregulamentação dos direitos trabalhistas. Outra face dessa farsa é o enorme crescimento dos níveis de informalidade, como demonstrado pelos dados do ILAESE.

Muito tem se discutido recentemente, entre cientistas políticos e intelectuais de esquerda, se o período em que vivemos agora no país pode ser caracterizado ou não como “fascismo”. Longe de querer esgotar e até mesmo dar uma resposta definitiva para a questão, considero importante um tensionamento com o conceito a partir dos fatos concretos recentes.

Poulantzas (1972, p.13) alerta que “*quem não quiser falar de imperialismo é que se deverá também calar no tocante ao fascismo*”, chamando atenção para o fato de que o fascismo político deve ser analisado levando em conta o estado da acumulação capitalista, sendo uma “conjuntura específica da luta de classes” (POULANTZAS, 1972, p.63) da qual pode fazer parte ou não uma crise política, inclusive podendo assumir formas que não vejam a democracia parlamentar como um problema. Está certo que Poulantzas (1972), em sua obra *Fascismo e Ditadura*, teve como objeto principal a experiência alemã e italiana, o que não significa que sua análise se restringia a estas experiências, se recuperarmos a questão central captada pelo marxista grego para caracterizar o estágio político de emergência do fascismo, é possível observarmos claros paralelos com a realidade brasileira.

Na esteira da análise de Poulantzas (1972), ousou dizer que atualmente vivemos o que ele chamou de “início do processo de fascistização”, que tem como característica principal a posição ofensiva da classe burguesa. O processo de saída de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) conjuntamente com o movimento de fundação da “Aliança pelo Brasil” tem se configurado como uma agudização deste processo na esfera política, projeto esse que já contou com apoio público do bispo Edir Macedo. Para a realidade brasileira, esse processo está longe de ser linear e o rompimento do presidente com o PSL se dá, entre outras coisas, pelas próprias contradições das frações burguesas. Observamos ainda que o forte apoio das classes populares se mantém, bastando observar que aqueles que aderiram ao projeto

bolsonarista, em sua maioria, continuam o apoiando na formação do novo partido. A adesão das classes populares ao projeto bolsonarista, em grande medida, se deve ao apoio das igrejas neopentecostais, de uma parte da mídia, bem como a adesão quase que total do exército. As classes trabalhadoras parecem não possuir consciência desta situação, se encontrando no seio de um processo de uma série de derrotas econômicas e sociais, o que justamente tem facilitado o caminho para o consolidação do fascismo bolsonarista.

Já contamos com várias censuras em projetos de culturais². No âmbito das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub também já anunciou um filtro para o que ele chama de “pesquisas ideológicas”: “Um pouco da contribuição que a gente pode dar é como vencer o marxismo cultural nas universidades”³. O projeto “Future-se” (realizado pelo Governo/MEC) é, em partes, o início desse processo, pois tem projetado um cenário em que o recurso privado se torne a principal fonte de financiamento das universidades públicas, e é muito claro perceber o que isso representa para nós marxistas.

Esse processo de ofensiva bolsonarista coincide com o que Poulantzas (1972) chamou de “crise das organizações revolucionárias”, que significa um estado político de distância entre os partidos e as classes populares, estando longe de manter uma fração coesa capaz de encarar o bolsonarismo face a face. Tão logo Lula saiu da prisão e já anunciava a possibilidade de novos acordos políticos para a eleição presidencial de 2022, em que o nome do próprio Rodrigo Maia aparece como central. Poulantzas (1972) aponta que situações assim estão no bojo de uma “crise ideológica generalizada” que acerta em cheio e tem como maiores prejudicados as classes populares.

Dado a particularidade do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano, o fascismo bolsonarista segue a tradição chilena em relação a função do Estado, segundo uma concepção de Estado mínimo, e também em relação à religião, com forte adesão principalmente dos protestantes neopentecostais, se afastando das formas tradicionais (principalmente Alemanha e Itália), mas que converge em uma série de outros aspectos. Poulantzas (1972b) apontou para estes aspectos que permeiam o centro da ideologia fascista e que podemos facilmente identificar na realidade brasileira a partir do que já discutimos até aqui: a) Aspecto antijurídico: tem sido a pauta de recorrentes manifestações dos bolsonarista o

² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/estatais-cancelam-programas-culturais-e-despertam-novas-suspeitas-de-censura.shtml>>

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/novo-ministro-da-educacao-weintraub-defende-expurgo-do-marxismo-cultural.shtml>>

fechamento do STF, por exemplo; b) Aspecto elitista: no avanço contra direitos trabalhistas; c) Aspecto racista: política de extermínio da população negra; d) Aspecto nacionalista: “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”; e) Aspecto militarista: forte adesão da classe militar e presença no atual governo; f) Papel importante à família: apelo público pelas formas familiares tradicionais patriarcais-monogâmicas, ataque ao que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”; g) Educação: defesa do ensino pelos modelos de escolas militares e do projeto “escola sem partido”, utilização de reformas de ensino para a consolidação de sua ideologia; h) Obscurantismo e anti-intelectualismo: atualmente temos, de ministros de Estado que defendem a tese da terra plana, um astrólogo como principal intelectual ligado ao governo e um questionamento constante de dados públicos e constatações empíricas; i) Corporativismo: repressão violenta na luta de classes e sua subordinação aos interesses do capital.

Adicionaria a estes aspectos levantados por Poulantzas (1972b), a questão de gênero e dos direitos da mulher, pelo qual assistimos a um enfrentamento direto a pauta feminista se alinhando em pautas de países como Bahrein e Arábia Saudita, países que reconhecidamente atuam contra a emancipação política das mulheres, em reunião recente da ONU. Também da questão ecológica, pelo avanço da exploração predatória da natureza, que pode ser visto no caso de Brumadinho e nas queimadas na Amazônia. Ainda é preciso mencionar a situação do campesinato, em que, por um lado, a ideologia bolsonarista também tem avançado e por outro, os movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), tem visto um acirramento em seus conflitos a ponto de ter perdido 15% de sua base desde o começo do governo⁴. João Pedro Stédile, um dos fundadores do MST, chegou a afirmar publicamente que “não é o momento de confrontar o proprietário”⁵. Bolsonaro chegou a anunciar, no dia 25 de novembro, que está preparando um projeto de lei que autoriza operações de GLO em reintegrações de posse em áreas rurais⁶, o que implicará no uso da força do exército contra a população do campo.

Em relação à violência contra a classe trabalhadora é preciso mencionar o valioso papel cumprido pelo petismo. Entre 2004 e 2011, as forças repressivas do Estado aumentaram

⁴ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588353-efeito-bolsonaro-fez-mst-perder-15-de-sua-base-em-acampamentos>>

⁵ Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2019112014795702-mst-vive-espera-na-era-bolsonaro-nao-e-o-momento-de-confrontar-o-proprietario/>>

⁶ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/bolsonaro-quer-autorizar-glo-para-reintegracao-de-posse-no-campo-1.2265927>>

seu contingente de 7,7%, das forças de segurança pública para 12%. Apenas a Polícia Federal aumentou seu contingente de pessoal em 21%, este aumento foi acompanhado de um incremento de 61% no fundo público destinado à defesa e segurança (PEZZARINI, 2019). O que vemos na experiência do bolsonarismo é uma intensificação ainda maior desse processo, com importante papel das *milícias*, que já caminhava a passos largos. As características do fascismo bolsonarista transcendem o seu governo.

Em relação ao que Poulantzas (1972b) chamou de “formas de intervenção do Estado fascista” no âmbito econômico, na particularidade brasileira tem significado uma adesão expansiva entre projeto político fascista e os interesses financeiros especulativos internacionais. Assim como da tradicional condição dependente do capitalismo brasileiro na totalidade da produção econômica global, intensificando sua função de produtor agrícola e exportador de *commodities*, guiados por um projeto privatista de gestão do Estado. Vemos que o que foi exposto até agora da análise de Poulantzas (1972; 1972b) se apresenta bem atual ao revelar aspectos centrais da esfera política e ideológica da forma de Estado fascista. Sendo assim, está longe de ser uma tipologia abstrata. Ressalto que a leitura poulantziana é bem rica de fatores e condicionantes para além dos elementos que foram expostos aqui.

Explorado, ainda que brevemente, os aspectos políticos do bolsonarismo, é necessário evidenciar que a miserabilidade social vigente está assentada na realidade econômica e vivência cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras. O recorde de trabalhadores informais dificulta as mobilizações e apresenta novos dilemas para a estrutura do novo sindicalismo. A chamada “uberização do trabalho” tem ocasionado para os trabalhadores uma intensificação da jornada de trabalho, acompanhado da redução da remuneração da força de trabalho, dificultado a mobilização política e pulverizado a forma de luta sindical. A ideologia do empreendedorismo coloca para o trabalhador cotidianamente a responsabilidade individual pelo seu sucesso/miséria. Diante deste cenário devastador, que se coloca como alternativa cotidiana para milhões de brasileiros, as empresas multinacionais que exploram a força de trabalho via aplicativos de *smartphones* têm avançado sem a necessidade da relação jurídica de contrato de trabalho.

A este ponto considero necessário a recuperação do que Martorano (2007) caracterizou como apatia política, pois é sobre o desinteresse das vias institucionais e eleitorais pelas classes populares que o bolsonarismo está assentado, somando-se aos descrédito dos governos petistas, do *status* da operação lava jato e da condição de

miserabilidade social da maioria dos brasileiros. Por outro lado, o fascismo bolsonarista revela que a direita sempre se manteve organizada, podendo utilizar de formas de gestão do Estado quando lhe é conveniente, até porque o fascismo e a direita configuram-se como corpo político dos interesses do capital.

A apatia política e o imobilismo também tem recaído sobre os intelectuais marxistas e os partidos revolucionários, não sendo uma especificidade das classes populares. Maurício Tragtenberg sempre fazia questão de deixar claro sua posição de que se os intelectuais desejam contribuir para o movimento operário e popular, deveriam se colocar a serviço deste, e não na postura do “iluminado” que vai dirigir o movimento. Tragtenberg era ainda mais radical ao dizer, por exemplo, que é necessário criticar as relações sociais capitalistas, inclusive sem criar relações verticalizadas entre educadores/educando, que poderíamos trocar também para “orientador/orientando”. Vale ressaltar que este intelectual ministrou vários cursos para oposições sindicais e movimentos sociais. Como alternativa para a degradação das péssimas condições de trabalho no capitalismo, dizia ele: “*Elas não serão suprimidas pela magia das teorias do desenvolvimento organizacional ou pelas diversas formas de participação simbólica do trabalhador nas decisões, que são meras técnicas de empulhação de quem trabalha.*” (TRAGTENBERG, 2009, p. 153)⁷.

Tragtenberg possuía a coluna “No Batente”, no jornal *Notícias Populares* (2 vezes por semana durante vários anos). Silva (2008) traz o seguinte relato proveniente de um trabalhador numa reunião do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) “para cada *Folha de S. Paulo* (pra quem ele também escrevia) que entra na Volks entram **quarenta** *Notícias Populares*.”. Tal fato era o que motivava Tragtenberg escrever para aquele jornal lido pelos setores populares. Às vezes me pego refletindo sobre o que tem levado nós marxistas a escrever e produzir nos espaços institucionais? Vale lembrar que a resistência dos trabalhadores durante a década de 80, por vezes costuma ser esquecida em estudos sociais influenciados pelo viés econômico que apontam esta década como a “década perdida”, em relação ao baixo crescimento médio do PIB em relação às décadas anteriores. A resistência dos trabalhadores durante toda a década de 80 foi determinante para manutenção e ampliação de direitos trabalhistas, a postergação do advento neoliberal para a década de 90, assim como as bases sociais que fomentaram a CF/88.

⁷ Originalmente escrito para a sua coluna na *Folha de S. Paulo*, 01/08/1981.

A coluna “No Batente” tinha outra característica peculiar: receber e divulgar relatos de trabalhadores que denunciavam os problemas do interior da fábrica, ou seja, o depoimento dos trabalhadores não era retirado de seu contexto para uma “análise acadêmica”, ou mesmo para publicar artigos em periódicos de destaque nacional/internacional, mas, sim, utilizada como forma de fortalecimento e divulgação da luta operária. A posição tragtenberguiana revela que não há outra saída para os “intelectuais” se libertarem da apatia e do imobilismo se não a primordial indissociabilidade entre teoria e prática.

A experiência popular chilena recente aponta para o único horizonte possível de alternativa ao avanço do fascismo bolsonarista: a saída da defensiva para a ofensiva radical. As manifestações populares chilenas têm avançado para conquistas que nem mesmo os governos petistas e a experiência de junho de 2013, que nos brindou com a lei anti-terrorismo, chegaram perto, tais como a redução da jornada de trabalho⁸, uma pauta histórica da classe trabalhadora. Ainda que a pauta anti-capitalista e a alternativa revolucionária não estejam na linha de frente dos protestos chilenos, a pauta pelo bem viver e da tradição dos povos indígenas têm impulsionado os movimentos populares.

Ainda é demasiado cedo para apontar para os frutos dessa mobilização chilena, mas certamente ela nos revela uma tática necessária. Por outro lado, a experiência boliviana e equatoriana revela o que o bolsonarismo pode ser capaz de fazer em termos de intensificação da violência na luta de classes e alinhamento com os interesses imperialistas do capital. Isto, sem mencionar a tendência ao golpismo que a própria experiência brasileira já nos mostrou forte apreço, o avanço do bolsonarismo para uma forma política bonapartista igualmente não deve ser descartada.

O que foi dito até aqui diz respeito, essencialmente, a uma tentativa de apontar para a relação íntima entre bolsonarismo e fascismo, que avança diante de um contexto de miserabilidade social e de imobilismo político. Sem a pretensão de apontar para um guia de próximos passos a serem dados, mas clarear os desafios que se apresentam para qualquer pretensa forma de resistência para o estado de coisas atuais.

REFERÊNCIAS

⁸ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/apos-protestos-proposta-de-reducao-da-jornada-de-trabalho-avanca-no-chile/>>

ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. v1, n.2. São Paulo: ILAESE, 2019.

DW . Pobreza extrema cresce no Brasil e afeta 13,5 milhões de pessoas. 2019. Disponível em:

<<https://p.dw.com/p/3SbmT>>

MARTORANO, L. Democracia burguesa e apatia política. Revista Crítica Marxista, nº, 24, 2007.

PEZZARINI, M. Los muertos del PT. Aparato represivo y asesinatos de obreros durante el gobierno de Lula. Disponível em: <[https://razonyrevolucion.org/los-muertos-del-pt-aparato-represivo-y-asesinatos-de-obreros-durante-el-gobierno-de-lula/?fbclid=IwAR05hHytcm0AfptizOSEvyYpzwBTRH6Ev_BhBCOGlsJERSvnsHVQetpHu](https://razonyrevolucion.org/los-muertos-del-pt-aparato-represivo-y-asesinatos-de-obreros-durante-el-gobierno-de-lula/?fbclid=IwAR05hHytcm0AfptizOSEvyYpzwBTRH6Ev_BhBCOGlsJERSvnsHVQetpHuOA)

[OA](https://razonyrevolucion.org/los-muertos-del-pt-aparato-represivo-y-asesinatos-de-obreros-durante-el-gobierno-de-lula/?fbclid=IwAR05hHytcm0AfptizOSEvyYpzwBTRH6Ev_BhBCOGlsJERSvnsHVQetpHuOA)>

Acesso em 28 nov. 2019.

POULANTZAS, N. Fascismo e ditadura: volume I. Porto: Portucalense Editora, 1972.

_____. Fascimo e ditadura: volume II. Porto: Portucalense Editora, 1972b.

SILVA, A. O. da. Maurício Tragtenberg: militância e pedagogia libertária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

TRAGTENBERG, M. A falência da política. São Paulo: Editora UNESP, 2009.